

Severo encaminha recurso a Covas contra substitutivos

Janio de Freitas

Não pergunte ao país

Embora se saiba, desde a entrevista coletiva ontem concedida pelo presidente Sarney, que "com o Plano Bresser o que o governo quer é deter essa queda da perda do poder real do salário" ("a queda da perda", transcrita para a linguagem lógica, quer dizer o oposto, aumento da perda), não custa dizer que o Plano Bresser é Plano Sarney e o que determinou seu lançamento agora não foi a situação econômica, mas o momento político.

Mesmo que obtivessem a inclusão do mandato de cinco anos na etapa, encerrada na semana passada, em que as comissões da Constituinte apresentavam suas propostas, o Planalto e os ulyssistas estavam convictos de que os anseios quinquenais de Sarney seriam devorados pela situação econômica. Um novo choque econômico foi então eleito (para não dizer que no Planalto não há nada eleito) como o gesto capaz de imediata restauração da imagem presidencial e da obediência peemedebista.

As reticências do ministro Bresser Pereira geraram muita preocupação. Para vencê-las, o deputado Ulysses acionou um grupo de escudeiros incumbidos de pressionar o ministro, que na noite de quinta-feira, quando alguns jornalistas já recebiam antecipações do plano a sair no dia seguinte, ainda era cercado por mais um pelotão de infantaria ulyssista. O próprio Ulysses, enquanto se intensificava este cerco, tratou de plantar numerosas notícias sobre recados seus a Bresser Pereira, todos na linha do "nunca vi uma situação assim e estou preocupado com o dia de amanhã, se alguma coisa não for feita logo".

Foi feita, mas o resultado inquietou o Planalto. Não pelo problema dos

salários, que este é de quem trabalha. Mas porque o pacote não descongelou a frieza dos meios de comunicação para com o governo e o presidente. A atitude olímpica da TV-Globo, sobretudo, levou Sarney a desdobrar-se em iniciativas sociais urgentes, mas os resultados pretendidos não se mostraram. A entrevista coletiva de ontem, aliás, foi a primeira das iniciativas em curso para obter maior presença de Sarney nas tvs e primeiras páginas, como tentativa de compensar a falta de adesão espontânea dos noticiários.

Ao se referir, na mesma entrevista, ao mandato de cinco anos, disse o presidente que "esse é um assunto já resolvido, aprovado em três comissões da Assembléia Constituinte". "Resolvido" porque do seu gosto, enquanto o parlamentarismo também aprovado, mas que lhe esvazia os poderes, mereceu este comentário: "Esse assunto não foi resolvido pela Assembléia Nacional Constituinte". Em qualquer dos casos, mandato e regime, que entraram há pouco na etapa em que a decisão da Constituinte começará mesmo a se formar, localiza-se o motivo precipitador do pacote, que Bresser Pereira planejava com calma metódica para mais adiante.

No final, é aquilo mesmo que o presidente disse, pensando que citava a frase célebre de Kennedy — "não pergunte ao país o que ele pode fazer por você, mas pergunte o que você pode fazer pelo país". Na apropriada versão ontem criada pelo subconsciente sarneysiano, a frase ficou assim: "Não pergunte ao país o que ele pode fazer por mim, mas pergunte o que eu posso fazer pelo país". Está tudo aí.

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), 62, de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), encaminhou ontem um recurso à liderança do PMDB no Congresso constituinte propondo a anulação da votação que, "afetada por decisões antiregimentais" tomadas pelo presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), 66, centro-direita, acabou aprovando três emendas substitutivas, sem que o seu relatório fosse votado.

O recurso do senador já está em



poder do líder do PMDB, senador Mário Covas (PMDB-SP), centro-esquerda, para ser encaminhado ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Mário Covas afirmou ontem, à Folha, que não decidiu ainda se vai submeter o recurso a Ulysses Guimarães. "Estou avaliando a conveniência política", afirmou ele.

O recurso preparado por Severo Gomes baseia-se no regimento interno do Congresso constituinte, que estabelece a votação do parecer do relator como prioritária. Na manobra regimental ("antiregimental" do ponto de vista de Severo), o deputado

José Lins acatou o requerimento de preferência de vários constituintes para que fossem votados os substitutivos.

A aprovação da preferência permitiu que três substitutivos — que mudavam integralmente os três capítulos do relatório (Princípios Gerais, Questão Urbana e Reforma Agrária) — fossem aceitos no todo, sem o exame por capítulo.

A decisão de José Lins, conforme o recurso de Severo Gomes, contrariou o parágrafo 2º do artigo 23 do regimento interno da Constituinte. Segundo esse dispositivo, "fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou

que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros".

Do ponto de vista de Lins, foram considerados correlatos todos os assuntos incluídos nos "princípios gerais da ordem econômica" (que tratou da desapropriação por utilidade pública, definição de empresa nacional e também da interferência do estado na economia), na "questão urbana e os transportes" (que tratou de usucapião urbano e navegação de cabotagem, entre outras coisas) e da questão agrária.

Dropes

★ O PT do Rio Grande do Sul adiou de ontem para hoje a "caminhada pelas diretas" nas ruas centrais de Porto Alegre (RS).

★ A Assembléia Legislativa do Ceará decidiu ontem enviar um ofício ao Congresso constituinte, comunicando a aprovação de documento que pede a realização de eleições diretas para a Presidência da República em 15 de novembro de 88.

Presidente do Incra diz que relatório inviabiliza reforma

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), José Eduardo Raduan, 34, disse ontem que a reforma agrária estará inviabilizada se o Congresso constituinte aprovar as proposições da Comissão da Ordem Econômica. "O máximo que pode acontecer é um arranjo agrário e não reforma agrária", afirmou Raduan.

Segundo Raduan, o texto aprovado na Comissão "significa um profundo retrocesso em relação as conquistas já asseguradas pelo Estatuto da Terra". Ele disse que o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e o Incra enviarão sugestões à Comissão de Sistematização e ao plenário com o objetivo de reverter

algumas posições contidas no documento.

"Temos esperança, e o ministro Marcos Freire se empenhará neste sentido, de conseguir alterar o relatório, para que ele não se torne um texto constitucional", disse Raduan. Segundo ele, o documento a ser elaborado tomará como base as sugestões já enviadas pelo ex-ministro Dante de Oliveira ao Congresso constituinte. "Algumas coisas serão mantidas, porque já fazem parte da cultura da reforma agrária", disse. Ele afirmou que dentro de oito dias estarão sendo publicados os editais de concurso público para a contratação de 1.250 técnicos, que irão acelerar a formação de processos de desapropriação e prestar assistência aos projetos de assentamento.

PFL decide articular derrubada da estabilidade e direito de greve

Da Sucursal de Brasília

O PFL vai trabalhar para derrubar a estabilidade e o direito de greve, previstos no relatório do senador Almir Gabriel, da Comissão da Ordem Social. O partido marcou para o próximo dia 23, em Brasília, uma reunião entre toda a bancada no Congresso constituinte e os presidentes dos diretórios regionais nos Estados para traçar a estratégia a ser adotada.

O vice-líder do PFL, Luís Eduardo (BA), 32, centro-direita, disse ontem que o partido não deverá, nesta reunião, fechar questão para que todos os seus integrantes votem contra a estabilidade na forma como foi proposta por Almir Gabriel, mas

dará essa orientação. Ele disse que o PFL decidiu não fechar questão no que se refere ao Congresso constituinte, por entender que o voto não é partidário, "mas exercitado de acordo com as convicções pessoais de cada um".

Luís Eduardo disse que outras questões, consideradas "menos importantes", também serão debatidas na reunião do dia 23, como a criação de novos Estados, o voto distrital, a reforma agrária, a estatização da economia e a concessão de canais de emissoras de televisão e de rádio.

O vice-líder do PFL afirmou que todos os pefelistas integrantes da Comissão de Sistematização também terão reunião com as lideranças do partido.